

A ÉTICA SOCIOEDUCATIVA DA ESCOLA DO [POBRE] RURAL “SÃO VICENTE DE PAULA”¹ (JUCURUTU, RN, 1943-1951)

Marta Maria de Araújo

Paula Sonia de Brito

Olívia Morais de Medeiros Neta

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Em 26 de julho de 1941, dia de Festa de Senhora Sant’Ana, o Bispo Dom José de Medeiros Delgado (1905-1988) assumia o primeiro governo da Diocese de Caicó (RN), por designação do Papa Pio XII. Na época com 36 anos de idade era um dos mais jovens bispos brasileiros. No período do seu governo na Diocese de Caicó (1941-1951), fez-se protagonista do maior programa de expansão da educação escolar nesse município, criando 4 (quatro) grandes estabelecimentos educacionais católicos (BRITO, 2004): o Ginásio Diocesano Seridoense (1942), a Escola Doméstica Popular “Darcy Vargas” (1943), a Escola do Pobre São José, transformada na Escola Prevocacional de Caicó (1944) e o Seminário Santo Cura d’Ars (1946).

Uma parte considerável desse programa de expansão da educação escolar esteve, porém, destinada às paróquias e capelas pertencentes à Diocese caicoense, que seriam a rede de 18 escolas primárias católicas, genericamente chamadas Escola do Pobre, orientadas ou administradas pelas Casas do Pobre das Paróquias pertencentes à Diocese de Caicó, à época, órgãos de direção da assistência social da Igreja Católica local. Foram apoiadas por órgãos federais (Ministério da Educação e Saúde, Ministério da Agricultura, Departamento Nacional da Criança e Legião Brasileira de Assistência), Legião Brasileira de Assistência (LBA); instituições estaduais (Serviço Estadual de Reeducação e Assistência Social (SERAS)); organismos internacionais (Organização das Nações Unidas); Igreja Católica (Ação Católica, Caritas Brasileira, congregações e ordens religiosas)

1 Texto originário do trabalho Quão Alfabetizadoras foram as Escolas do Pobre da Diocese de Caicó-RN (1943-1951)? – apresentado no VI Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História, Natal, 2007. Foi publicado no livro Cultura Escolar e História das Práticas Pedagógicas, Editora Universidade Tuiuti do Paraná, ed. 1, 2008.

e a municipalidade. A intitulação Escola do Pobre já corporificava um apelo educacional, social, político, enfim, humanitário.

A investigação nucleada em torno da problemática do alfabetismo das crianças pobres da então região Seridó do Rio Grande do Norte lança mão de fontes diversas (estatutos, entrevistas, fotografias, livro de tombo, planilhas, relatórios), por meio das quais alicerçamos, metodologicamente, a análise da cultura escolar ou mesmo da cultura das *Escolas do Pobre*. Objetiva-se, portanto, explicar os desígnios educativos, sociais e éticos da *Escola do [Pobre] Rural São "Vicente de Paula"* da cidade de Jucurutu (RN), enquanto modalidade de escola primária católica.

No quadro das investigações em história da educação há, então, interpretações diferenciadas entre cultura escolar e cultura de escola. Tratando-se o trabalho de estudar unicamente a *Escola Rural "São Vicente de Paula"* ligada à rede das *Escolas do Pobre* criadas por Dom Delgado, fez-se necessário apreendermos as interpretações em torno de um e outro construto teórico.

O historiador português João Barroso (2004) ensaia uma distinção entre cultura escolar e cultura de escola. O primeiro construto teórico, cultura escolar, é visto a partir das inter-relações entre a organização societária e a instituição escolar. Ela é parte da cultura geral que a fundamenta e estrutura. O construto teórico, cultura de escola, é também entendida pela ótica das inter-relações entre a organização societária e a instituição escolar, mas de forma menos intensa e mais maleável, até por forças de circunstâncias várias.

Educar é formar indivíduos diretamente identificados com a alteridade latente ou com a adaptação às balizas da ordem social? Pode-se dizer que a sociedade moderna é a sociedade da escolarização em direção à educação mais ou menos homogênea das crianças e da juventude "[...] que se consubstancia no princípio de 'ensinar a muitos como se fossem um só'." (BARROSO, 2004, p. 106). Os ensinamentos de saberes culturais cujo alicerce é, antes de tudo, um ler, um escrever e um contar, ao lado da imposição de hábitos, atitudes e de condutas disciplinares condizem, indiscutivelmente, com mutações existenciais do indivíduo.

Quando passados dois anos da nomeação episcopal de Dom Delgado, a 15 de março 1943, lançou esse Bispo o decreto da criação da Casa do Pobre, mandando instalar filiais em todas as paróquias

pertencentes à jurisprudência eclesiástica da Diocese de Caicó e nas principais capelas. No dia 26 abril, num Conclave realizado na cidade de Acari (RN) reunindo vigários das paróquias seridoenses e o Diretor do (SERAS) Aluizio Alves, Dom Delgado anunciou a instalação da Casa do Pobre em Caicó, órgão de direção dos serviços sociais da Igreja Católica local. (DELGADO, [1944]).

Tratando com desvelo as crianças pobres da então região Seridó do Rio Grande do Norte, Dom Delgado ([1944]) preconizava que lhes oferecendo educação escolar daria asas à inteligência e ao coração infantil. As *Escolas do Pobre* e as demais criadas por Dom Delgado receberam dele o epíteto “escola de inteligência e de amor”. (DELGADO, [1944], p. 4, grifo nossos). Decidindo-se Dom José de Medeiros Delgado pela implantação de uma rede de *Escolas do Pobre* (1943 a 1951) em nível primário nomeou para dirigi-las os párocos, curas d’almas, com a colaboração ou não de irmandades ou confrarias católicas.

No ano 1940, o Rio Grande do Norte, possuía uma população de 773.681 habitantes. Os que moravam na zona urbana eram 166.138 e os do meio rural chegavam a 607.543. Nesse mesmo período, a população do município de Caicó correspondia a 25.233 habitantes, dos quais 4.636 viviam na zona urbana e 20.596 moravam no meio rural. O número de analfabetos totalizava 12.895, sendo 6.242 homens e 6.652 mulheres. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1952).

Em [março] de 1943, com a inauguração em Caicó da *Escola do Pobre São José*, lançava o Bispo Diocesano a “pedra” fundamental da rede de *Escolas do Pobre* e de suas mantenedoras - *As Casas do Pobre*. Nascia, assim, a rede de *Escolas do Pobre* de ensino primário regular, destinada a oferecer instrução e educação escolar gratuita intelectual, moral e profissional, além de assistência social às crianças-alunos pobres.

Em fins de 1943, já estavam abertas 12 *Escolas do Pobre* com matrícula de 1400 ou 1600 alunos que recebiam material escolar mínimo, almoço diário, roupas e sapatos. Em algumas das *Escolas do Pobre*, a LBA instalou oficinas de costura, sapataria e de horticultura e, ainda, distribuía leite em pó aos pais dos alunos. (DELGADO, [1944]).

Aos 19 de maio do ano de 1943, na cidade de Jucurutu, paróquia de São Sebastião, foi solenemente instalada a *Casa do Pobre*

e a *Escola Rural "São Vicente de Paula"*, perante uma Assembléia composta pelo padre Expedito Medeiros (Assistente Eclesiástico), Francisco Baldomero Chacon (Prefeito de Jucurutu), José de Arimatheia Lula (1º Juiz de Paz), Francisco de Morais (Presidente da Sociedade Vicentina), Euclides Diocleciano de Medeiros (Diretor da *Casa do Pobre* e da *Escola Rural "São Vicente de Paula"*) e Perceval Bezerra e Hipólito Martins da Costa (Secretário e Tesoureiro da *Casa do Pobre* e da *Escolas do Pobre*), além de Aurélia Batista e Mardelice Lacava de Almeida (primeiras professoras da Escola), dentre outros presentes.

Com os aplausos que, inegavelmente, a iniciativa angariara na cidade, começou a funcionar a *Escola Rural "São Vicente de Paula" ou Escola do Pobre "São Vicente de Paula"* (comumente chamada) no dia seguinte de sua instalação: a 20 de maio de 1943. Às ultrajovens jucurutuenses Mardelice Lacava de Almeida (com 16 anos de idade) e Aurélia Batista (da mesma faixa de idade) couberam a competência, enquanto professoras convidadas pelos dirigentes locais, para iniciarem na escolarização 43 (quarenta e três) meninas e meninos. A prof^a Mardelice Almeida (concluinte por duas vezes da quarta série primária) responsabilizava-se pela classe feminina e a prof^a Aurélia Batista, pela classe masculina. (ALMEIDA, 2007). A *Escola Rural "São Vicente de Paula"* caberia atender às seguintes finalidades:

Instrução e educação gratuita e ainda assistência que se fizer necessária aos menores pobres de um e outro sexo, sob o regime de externato ou semi-internato, conforme as exigências do ensino a ministrar. Ministrar rudimentos de agricultura, bovicultura, suinicultura, avicultura, apicultura e horticultura a par das artes domésticas e manuais, visando ao preparo de uma população consciente de sua missão. Estabelecer entre as demais Escolas da Diocese uma estreita ligação através de visitas coletivas, relatório das atividades desenvolvidas, planos de trabalhos futuros, etc., para que dessa comunicação de atividades e trocas experiências resulte a conveniente unidade dos serviços e o aperfeiçoamento de todas as Escolas. (ESTATUTOS DA ESCOLA RURAL "SÃO VICENTE DE PAULA" DE JUCURUTU, 1949, fl. 1).

Para a fluência de um maior número de estudantes matriculados de um e outro sexo, a *Escola Rural "São Vicente de Paula"* funcionou inicialmente no Grupo Escolar "Antonio Batista", no horário vespertino das 13h às 17h. Em face dos esforços dos governos municipais (Francisco Baldomero Chacon e Pedro Tomaz de Araújo) uma casa foi comprada e aos poucos reformada para abrigar a *Casa do Pobre* e a *Escola Rural "São Vicente de Paula"* (como passou então a denominar-se a partir do bispado de Dom José Adelino Dantas). Assim, aos 7 dias do mês de agosto de 1954, o então Bispo Diocesano de Caicó, Dom José Adelino Dantas (1952-1961), abençoa solenemente o prédio que abrigava uma e outra instituição. (ATA DA BENÇÃO SOLENE DA CASA DO POBRE..., 1954).

A *Escola Rural "São Vicente de Paula"* esforçar-se-ia para ensinar coletivamente aos seus alunos através de professoras de condutas exemplares, conteúdos minimamente consoantes com a labuta, a moralidade, o civismo, a religiosidade, a hierarquia e a disciplina que a vida cotidiana impunha. A habilidade de zelo pelo ensino e a constância pedagógica das professoras interferiria na motivação de cada aluno aos aprendizados de cada matéria de estudo.

No esforço do aprendizado dos conteúdos mínimos programáticos ensinados, os alunos e alunas haveriam de alcançar paulatinamente estágios de aquisição de competências e habilidades que inegavelmente compreendiam os domínios cognitivos, afetivos, emocionais, corporais e motores. Para fins desse desenvolvimento individual, a direção da Escola do Pobre "São Vicente de Paula" estabeleceu o seguinte quadro de matérias: Português, Aritmética, Religião, Economia Doméstica (destinadas às meninas) e Ginástica. Em Português - aprendiam a ler em voz alta e silenciosamente e a escrever por meio do treino da caligrafia, da cópia e do ditado. Em Aritmética - treinavam operações de somar, subtrair e multiplicar e, acima de tudo, decorar a tabuada. Em Religião - assimilavam os mandamentos, as orações como padre-nosso, ave-maria, anjo da guarda. Em Economia Doméstica - adquiriam as meninas habilidades práticas de bordar a mão, fazerem crochê e tricô. Quanto aos meninos, não há registros do aprendizado de rudimentos manuais de agricultura, bovicultura, horticultura e outros. Na matéria Ginástica [simples] como denominou a prof^a Mardelice Almeida (2007), os meninos e as meninas faziam exercícios físicos de alongamento com respiração, agachamento, caminhada e brincadeiras orientadas. Há

de se concordar com Carlota Boto quando define o papel disciplinar da instituição escolar.

A escola é, por definição, a instituição que disciplina o corpo e a mente, que conduz o homem ao controle de suas pulsões, que transforma os valores aceitos pelo grupo social em regras introjetadas pelo caráter individual. O ato educativo agiria, portanto, como um mecanismo de educação da vontade - seja a vontade individual ou mesmo a vontade coletiva na fabricação do consenso social. (BOTO, 1997, p. 187).

A transmissão de ensinamentos culturais ater-se-ia a irradiar minimamente as habilidades da leitura, da escrita e do cálculo aritmético, bem ainda a atitude de rezar diariamente. As professoras incentivavam os alunos à aprendizagem e à memorização do que aprenderam. O trabalho de ensino aprendido estaria posto na competência das professoras fazer com que o aluno memorizasse as letras do alfabeto, soletrasse sílabas, lesse e escrevesse palavras e frases. Daí em diante, desencadearia um "plano" de leitura em cartilha e de exercício variado da escrita. O esforço do dia-a-dia dos alunos em sala de aula era suprido com refeições caseiras.

Foram distribuídas dezessete (17) cuias de farinha; dez (10) cuias de feijão e sessenta rapaduras do brejo, tudo no valor de trezentos e trinta e três cruzeiros e vinte centavos. [Foi pago] as professoras a quantia de trinta e cinco cruzeiros pela segunda quinzena deste mês [...]. (ATA DA SEGUNDA SESSÃO DA CASA DO POBRE EM JUCURUTU, 1943, fl. 1).

Obedecer às professoras e ao quadro técnico da instituição, respeitar os colegas e ao próximo e ser disciplinado era dever intransitivo de cada aluno e aluna, sob pena de castigo em pé, pelo menos. Segundo Mardelice (2007), os alunos e alunas encontravam-se na faixa etária entre 7 e 15 anos o que levava as classes de aula serem multiseriadas a partir do 2º ano, mantendo-as no 3º e 4º ano primário, última série ensinada na Escola.

Nos intramuros da *Escola do Pobre "São Vicente de Paula"*, o princípio organizativo das classes de aulas coletivas e de professor

único era o mesmo que regia o trabalho pedagógico em geral da época, quando, simultaneamente os alunos recebiam a mesma escolarização. A tarefa da supervisão escolar era competência do diretor Arimatheia Lula, do vigário da Igreja São Sebastião, padre Expedito Medeiros, e posteriormente, do assistente eclesiástico, padre Eymard L'E Monteiro. Dom Delgado, nas suas visitas pastorais à paróquia de São Sebastião, procurava interar-se do funcionamento da *Escola do Pobre "São Vicente de Paula"*. (ALMEIDA, 2007).

Essa gramática interna é o que vem se consubstanciar numa cultura de escola, nos termos de Barroso (2004). Pela explicação de Barroso, a cultura de escola que se expressa por certas maleabilidades remete para a

[...] existência em cada escola de um conjunto de fatores organizacionais e processos sociais específicos que relativizam a 'cultura escolar' (enquanto expressão sui generis dos valores, hábitos, comportamentos, transmitidos pela forma escolar de educação a partir de determinações exteriores). (BARROSO, 2004, p. 108).

Em sua dimensão organizativa de ensino em classe coletiva, é possível qualificá-lo como sendo oriundo do irradiar de uma cultura escolar determinada por padrões de unidade, de homogeneidade. Evidentemente, era necessário corresponder do ponto de vista teórico ao plano histórico-social da modernidade. Do ponto de vista teórico, uma explicação sintética dessa cultura escolar pode ser apresentada da seguinte maneira:

[...] caracteriza-se, fundamentalmente, pelo princípio da homogeneidade (das normas, dos espaços, dos tempos, dos professores, dos saberes e dos processos de inculcação) [é o que] constitui uma das marcas mais distintiva da 'cultura escolar'. (BARROSO, 2004, p. 106).

A cultura escolar - que é no entendimento de Agustín Escolano Benito - solidificada "[...] por la cultura empirico-prática que han construido los enseñantes em el ejercicio de su profesión y que se transmite por diversos mecanismos em las relaciones que se dan dentro da la vida cotidiana de las instituciones." (BENITO, 2004, p. 114).

Em grande medida, a cultura da *Escola do Pobre "São Vicente de Paula"* acorria bem menos às teorias pedagógicas em voga e muito mais aos saberes empíricos dos professores na arte de ensinar sobretudo os saberes aprendidos e segundo as experiências da vida cotidiana comunitária. A escolarização transmissora de ensinamentos recortados do conjunto extenso da cultura social veicularia, também, aprendizados uniformes de participação coletiva, naquilo que se difundia como deveres cívicos da cidadania.

Assim sendo, por ocasião da visita do general Antônio Fernandes Dantas a Caicó, o segundo Interventor Federal no Rio Grande do Norte (1943-1945), caicoense de nascimento, um grupo representativo de alunos da *Escola do Pobre "São Vicente de Paula"* (acompanhados da prof^a Mardelice, do padre Expedito Medeiros, vigário de Jucurutu e do padre Eymard L'E Monteiro, assistente eclesiástico) foram em cima de um caminhão, especialmente participar das solenidades cívicas em homenagem ao Interventor Federal e ao caicoense Antônio Fernandes Dantas. (MARDELICE, 2007). É do próprio padre Eymard L'E Monteiro, o registro dessa memória social.

Era dia 17 de junho de 1943. Naquele dia festivo para Caicó, o Interventor Antônio Fernandes Dantas fora anunciar a "[...] a próxima encanação d'água do [açude] Itans para a cidade, no que muito auxiliaria o desenvolvimento da vida Caicoense." (L'E. MONTEIRO, 1945, p. 172).

Por volta de 14h, pela primeira vez, 1200 estudantes da rede das *Escolas do Pobre* criadas pelo Bispo Dom Delgado desfilarão (somente eles) na Praça da Liberdade diante do Interventor Antônio Fernandes Dantas e da multidão que a enchia literalmente. "Ai discursou D. José de Medeiros Delgado, oferecendo, em nome das crianças, a homenagem sincera de que era alvo S. Excia naquele instante." (L'E. MONTEIRO, 1945, p. 172).

Como visto, a vida escolar tem uma lógica própria contendo o ensino propriamente dito, o envolvimento dos alunos nas instâncias de festejos cívicos, a normatização de finalidades gerais em estatuto jurídico e o cumprimento de um rol de atividades acadêmico-administrativas.

Mediante cópias das atas das sessões ordinárias da Casa do Pobre de Jucurutu pudemos acompanhar não somente o movimento da matrícula e da freqüência escolar, mas também a procura

constante das famílias por escolarização para seus filhos. A ata da segunda sessão ordinária da Casa do Pobre (31 maio de 1943) apresentava 43 (quarenta e três) meninos e meninas matriculados. A ata da terceira sessão ordinária da Casa do Pobre (30 junho de 1943) expunha 85 (oitenta e cinco) alunos matriculados. As atas da quarta e quinta sessões ordinárias da Casa do Pobre (31 julho e 31 agosto 1943) indicavam já 100 (cem) alunos matriculados.

Ao responder a um questionário referente à Estatística do Ensino Primário Geral do ano de 1943, a professora Mardelice anotava como informações complementares: [A *Escola do Pobre "São Vicente de Paula"*] "Foi iniciada com uma matrícula de 43 alunos, a partir dessa data, observou-se constante aumento na matrícula, tendo encerrado o ano letivo com 77 alunos." (ESTATÍSTICA DO ENSINO PRIMÁRIO GERAL, 1943, fl. 1). De fato, a matrícula por não obedecer a um calendário escolar revertia na constante procura pela escolarização no decorrer do ano letivo.

Em um relatório administrativo da *Casa do Pobre* e da *Escola do Pobre "São Vicente de Paula"* enviado a 7 de janeiro de 1952, pelo Diretor Sr. José de Arimatheia Lula, ao chefe da Divisão de Maternidade e Infância da Secretária de Saúde do Estado, conhecemos o movimento de matrícula inicial e final do ano letivo de 1951, último ano do bispado de Dom Delgado em Caicó.

Os dados demonstram que, no ano de 1951, a matrícula inicial masculina e feminina foi respectivamente de 32 e 33 alunos, alcançando um total de 65 matriculados. No decorrer do ano de 1951, mais 9 meninos e 11 meninas ingressaram na *Escola Rural "São Vicente de Paula"*, alterando aquele total para 85 alunos e alunas matriculados. Pelos dados aferidos, o número de alunas matriculadas (44) foi relativamente maior do que de meninos matriculados (41). De igual maneira, a frequência regular feminina (41) foi maior do que a frequência masculina (37). Pelo balanço educacional do então diretor Sr. José de Arimatheia Lula:

O resultado obtido no final do ano letivo foi relativamente satisfatório, não o sendo mais, em vista do número sempre crescente de alunos e o resumido número de professoras e prédio, tornando-se impossível às dirigentes desenvolverem com eficiência os ensinamentos. Considerando a quota recebida não permite a esta Diretoria ampliar este

serviço, desdobrando-se em dois turnos, com elevação da gratificação concebida as dirigentes, ou mesmo criando outros cursos. (RELÁTÓRIO DAS ATIVIDADES, 1952, fl. 1, grifos nossos).

O relatório do Sr. José de Arimatheia Lula traduz o lugar de onde ele se posiciona: diretor da *Escola do Pobre "São Vicente de Paula"*. Desse lugar educacional, o diretor declarava que o mobiliário da Escola "[...] ainda era por demais rotineiro e escasso em relação à frequência diária dos alunos, ressentindo-se por um aparelhamento que viesse a SATISFAZER A ÉTICA ESCOLAR [...]." (RELÁTÓRIO DAS ATIVIDADES, 1952, fl. 1, grifo nosso). Teoricamente a ÉTICA da *Escola do Pobre "São Vicente de Paula"* correspondia ao progresso individual e social de cada um dos seus estudantes, a par de suas potencialidades. Com essa manifestação pedagógica, o diretor José de Arimatheia Lula estabelece o correspondente vínculo entre o valor social de educar e ética escolar.

Com relação aos custos com as professoras, mobiliário, material didático, refeições, medicamentos e com fardamentos para os estudantes, em grande parte era proveniente dos órgãos cooperadores e em menor parte de familiares. Necessário se fazia que, conjuntamente, todos os segmentos sociais - autoridades públicas, membros do clero, irmandades católicas e pais dos alunos - empreendessem esforços em direção à educação escolar das crianças e da juventude local.

Aprender a cultura escolar da *Escola do [Pobre] Rural "São Vicente de Paula"* segundo os protocolos de partilhas de responsabilidades entre órgãos públicos e órgãos católicos de ensinamentos culturais elementares transmitidos pelas professoras leigas, de um mínimo de material didático e mobiliário, de refeições diárias, medicamentos e de fardamentos iguais fornecidos aos alunos e alunas de origem pobre matriculado - transparece até certo ponto uma semicorrespondência com as normas que regulamentavam os sistemas educacionais e a homogeneidade do social.

A cultura escolar experienciada pela *Escola do Pobre "São Vicente de Paula"* valia-se, ao mesmo tempo, de uma aproximação e de uma fratura com o dia-a-dia doméstico dos alunos. Os ensinamentos elementares assentados ou prescritos por essa cultura

escolar traduziam-se (ainda que minimamente) na reprodução de códigos de conduta moral, civil e religioso pertencentes à ética dominante. Com possibilidades de exceções, a cultura escolar da *Escola do Pobre "São Vicente de Paula"* muito pouco obstaculizava que seus alunos e alunas reproduzissem as posições sociais dos pais. Lembrou Mardelice (2007) que algumas de suas alunas tornaram-se exímias bordadeiras.

Entretanto, pelos números da pirâmide da escolarização no Brasil há outras estatísticas subtendidas para além da evasão, da repetência e da reprovação. Um caso exemplar é do professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Mário Lourenço de Medeiros, estudante da 1ª e 2ª série primária da *Escola Paroquial "São Vicente de Paula"* (1971 e 1972), que coleciona na sua formação acadêmica três cursos de graduação (Filosofia, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Norte), um curso de mestrado (Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte) e um curso de doutorado (doutorando da Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Indagado acerca do que representou a *Escola Paroquial "São Vicente de Paula"* para sua vida em sociedade dividida entre pobres e ricos, respondeu:

Para mim foi importante porque ali foi também um espaço de sociabilidade. E, mesmo parecendo uma extensão do Grupo Escolar Antonio Batista, de qualquer modo, a gente era visto como aluno da Escola do Pobre e a gente percebia que havia um certo desdém em virtude disso. Particularmente, para mim, desde aquele tempo eu tomei como resolução que iria vencer pelos estudos. Felizmente, acho que consegui. (MEDEIROS, 2007, fl. 2).

É impossível não indagar se a cultura da *Escola Rural "São Vicente de Paula"* pressuporia uma projeção em direção à ascensão social de seus estudantes? Em sentido estrito, sim. O Estatuto previa: "Encaminhar os alunos que demonstrarem desejo e capacidade de aperfeiçoamento à Escola Doméstica Popular, à Escola Prevocacional de Caicó ou a Escolas de outros centros apropriados a estudos

dessa natureza." (ESTATUTOS DA ESCOLA RURAL "SÃO VICENTE DE PAULA" DE JUCURUTU, 1949, fl. 1). Ora, educar pela escolarização coletiva era, portanto, intervir minimamente nos destinos individuais e, em parte, no desenvolvimento comunitário.

No quadro teórico do entendimento da *Escola Rural "São Vicente de Paula"*, pode-se dizer que estruturada em bases da doutrina católica e em bases de ensinamentos culturais laicos, almejava amplamente o bem comum do menino e da menina pobre. Na interface entre o ato de educar coletivamente e de formar moralmente cada aluno e aluna por meio da doutrina católica, a *Escola Rural "São Vicente de Paula"* ergue-se ao lado das instituições escolares estatais laicas, mas sem prescindir dos seus elementos ou propriedades organizacionais - estatuto, matérias de ensino, professoras, seriação, classes de aulas coletivas, matrícula, horários, férias, relatórios, divisão funcional do trabalho, provas, progressão - os quais respondem por uma estrutura nuclear própria de uma cultura escolar de padrão unitário e homogeneizador.

Contudo, será no trabalho docente que a existência de uma cultura de escola é notória, é observável. Na *Escola Rural "São Vicente de Paula"*, a dita arte de ensinar das professoras mantinha-se dissociada dos vários aparatos pedagógicos - teorias educacionais, planos de aula, programas estatais, livros escolares, materiais audiovisuais. Não obstante, o funcionamento ininterrupto da *Escola Rural "São Vicente de Paula"* (depois denominada *Escola do Paroquial "São Vicente de Paula"*) por quase trinta anos (na década de 1970 foi estadualizada) permite pensar o quão a escolarização das crianças e da juventude de Jucurutu pode ter induzido alteridades na vida pessoal e na esfera comunitária.

A coexistência do educativo e do social na/pela *Escola Rural do [Pobre] "São Vicente de Paula"* pode ter despertado para aqueles estudantes filhos de pequenos agricultores e trabalhadores assalariados, para a tenaz persistência de buscar no quadro das diversidades materiais e existenciais a iniciação e a permanência na escolarização primária. Quem sabe, vivenciaram uma ética socioeducativa. Afirma Snyders (1993, p. 60): "O jovem leva para a escola a 'genialidade' da qual ela necessita para vir ser escola da alegria, e as 'carências', que fazem com que ele necessite da escola para buscar mais alegria." Reciprocamente, genialidade e carências abraçam e abrasam a totalidade da pessoa quando estudante.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mardelice Lacava de. *Relato oral sobre a Escola do Pobre "São Vicente de Paula"*. Natal, 5 abr. 2007.

BARROSO, João. Cultura, cultura escolar e cultura de escola. In: FERREIRA, António Gomes. (Org.). *Escolas, culturas e identidades*. Coimbra: Ediliber, 2004. (v. 1).

BENITO, Agustín Escolano. Las culturas escolares em Espanã em la perspectiva historica. In: FERREIRA, António Gomes. (Org.). *Escolas, culturas e identidades*. Coimbra: Ediliber, 2004. (v. 1).

BOTO, Carlota Josefina Malta Cardoso dos Reis. *Ler, escrever, contar e se comportar: a escola primária como rito do século XIX português (1820-1910)*. 1997. 650 f. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, 1997. (2 v.).

BRASIL. *Estatística do ensino primário geral*. Informações complementares. Jucurutu, 20 nov. 1943.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico do Rio Grande do Norte: 1940*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952.

BRITO, Paula Sônia de. *A luta do Bispo Dom José de Medeiros Delgado por educação escolar para todos* (Caicó-RN, 1941-1951). 2004. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.

DELGADO, Dom José de Medeiros. *Decreto de Fundação da Casa do Pobre*. Caicó: Livro de Tombo 1 da Diocese de Caicó, 1943. (Manuscrito).

_____. *Ação social*. Natal: Serviço de Publicidade da LBA no Rio Grande do Norte, [1944].

JUCURUTU. *Ata da Instalação da Casa do Pobre na Cidade de Jucurutu*. *Livro de Atas*. Jucurutu, 19 maio. 1943. (Manuscrito).

_____. *Ata da segunda sessão da Casa do Pobre em Jucurutu*. *Livro de Atas*. Jucurutu, 31 maio. 1943. (Manuscrito).

_____. *Ata da terceira sessão da Casa do Pobre em Jucurutu*. *Livro de Atas*. Jucurutu, 31 jun. 1943. (Manuscrito).

_____. *Ata da quarta sessão da Casa do Pobre em Jucurutu*. *Livro de Atas*. Jucurutu, 31 jul. 1943. (Manuscrito).

_____. *Ata da quinta sessão da Casa do Pobre em Jucurutu*. *Livro de*

A ética socioeducativa... - Marta Maria de Araújo et al.

Atas. Jucurutu, 31 ago. 1943. (Manuscrito).

_____. Ata da benção solene da Casa do Pobre desta cidade de Jucurutu, em 6 de agosto de 1954. *Livro de Atas. Jucurutu*, 6 ago. 1954. (Manuscrito).

_____. *Relatório das atividades*. Jucurutu, 17 jan. 1952. (Manuscrito).

MEDEIROS, Mário Lourenço de. *Relato escrito sobre a Escola Paroquial "São Vicente de Paula"*. Currais Novos, 10 maio. 2007.

L'É. MONTEIRO, Pe. Eymard. *Caicó*. (subsídios para a história completa do município). Recife: Escola Sales de Artes Gráficas, 1945.

RIO GRANDE DO NORTE. *Estatutos da Escola Rural "São Vicente de Paula" de Jucurutu*. Jucurutu, RN, 22 ago. 1949. (Manuscrito).

SNYDERS, Georges. *Alunos felizes: reflexões sobre a alegria na escola a partir de textos literários*. Tradução Cátia Ainda Pereira da Silva. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

Recebido em 25/5/2008

Aceito em 30/6/2008